Direito Processual

Lições de Theoria do Processo

(Continuação da Revista Academica n. 31 de 1923 pg. 255)

Ponto 7.º

Do Processo durante a idade media. Alternativas de complicações e simplificações de suas formas. Influencia e alterações produzidas pelo feudalismo.

82. O processo na idade media.—83. O dominio dos povos barbaros.—84-85. O caracter do direito e do processo entre elles—86. O systema de composições (vehrgeld)—87. Formulas da lei salica.—88. O regimen feudal.—89 Sua influencia no processo.—90 As differenças de classes.—91 A ordem regular do processo.—92-93 O combate judiciario.—94 A prova testemunhal.—95 As provas de juramento.—96 O juramento de calumnia.—97 Os tribunaes e jurados.—98 As ordalias ou juizo de Deus.—99 A appellação.—100 Seu desenvolvimento, o asylo. 101-103 Formas de redacção do processo: oral e escripta.

—104 O processo civil e o criminal.—105-106 Papel do juiz na causa, o individualismo e o collectivismo.

82. Na passagem pela idade media o processo soffreu a mesma depressão e alterações que todos os outros ramos da actividade humana. Com a divisão do imperio romano em 395 e a queda definitiva do imperio do occidente em 475 todo o resto de civilisação anterior concentrou-se no imperio do Oriente com a sua capital, Constantinopla.

Ahi ainda o direito romano floresceu e figurou durante certo tempo com as compilações justineaneas que formam o *Corpus Juris*.

Depois disto o direito e o processo foram se tornando de uma tal subtiliza, de um formalismo tão exagerado, que a sua evolução não se poderá qualificar de progresso.

Quando muitos seculos depois (1200-1400) se restaurou o estudo pelo direito romano nas Universidades, como a de Bolonha, muito mal as instituições do processo foram readquirindo a forma e importancia que tinham perdido.

E' que nesse periodo milenario que assignala a idade media, o antigo imperio, com a invasão dos barbaros de toda a especie, tinha-se esphacelado em numerosos nucleos de costumes e leis differentes.

83. Dos povos que ficavam constituídos depois desse cataclysmo, distinguem-se os lombardos e os wisigodos; os primeiros tinham leis proprias ao passo que os outros acabaram adoptando o direito romano no que lhes podia servir, e o introduziam nos paizes que formavam ou conquistavam. Os lombardos foram sempre mais persistentes em conservar suas leis e costumes, dando ao seu direito um caracter peculiar que o distinguia do direito romano, e que ainda hoje se conhece com a expressão de direito germanico.

Os povos de raça germanica se caracterisavam por principios individualistas, em que o interesse pessoal predominava sobre o interesse social.

Mesmo nas povoações as suas casas eram separadas de

modo que nunca tinham parede *commum*. Regularmente viviam nas margens dos rios em grupos familiares, cujas relações eram semelhantes ás de povos estranhos que só se confederavam para o interesse *commum* da guerra.

84 As suas demandas e questões, ou se resolviam em familia por autoridade do chefe, ou por arbitramento, e em ultimo caso pela luta entre os grupos diferentes. Os germanos não conheciam o organismo social em que o interesse individual fica absorvido pelo interesse *commum*, e que constitue essa entidade abstracta a que hoje se chama Estado. Já Tacito dizia que entre elles o direito fundava-se no medo reciproco: o processo era a luta armada, a que um poder superior apenas podia assistir para legalisar. Assim entre elles se admittia o direito de vingança *collectiva*, de grupo contra grupo, ou a *faida*, podendo a offensa ser resgatada com o *vehrgeld*, especie de *composição* que variava segundo a condição do offendido.

Entretanto não se desconhecia a regulamentação de certos termos do processo, e uma celebre codificação, chamada *lei salica* dispunha sobre certas formalidades especiaes.

85. Antes do regimen do feudalismo, entre os diversos povos que se iam constituindo fóra do dominio das leis romanas, o processo se caracterisava pela sua tendencia para a maior simplificação possivel, sem se affastar do seu objectivo que é garantir a imparcialidade e a justiça.

Dahi as formas adoptadas para os seus termos, com as differenças resultantes dos costumes e indoles dos diversos povos. Assim pelas leis godas as partes discutiam e se apresentavam com suas allegações e documentos (*suggestionibus et documentis*), e o juiz era obrigado a julgar segundo o direito vigente, sendo punido com multas no caso de prevaricação.

Os actos processuaes eram realisados com intervenção da autoridade judiciaria: a posse da coisa litigiosa, a detenção pessoal, o carcere privado e a execução da sentença só se

admittiam mediante mandado do juiz. O devedor condemnado tinha dois mezes para effectuar o pagamento.

Devia ser juiz um conde dos godos, nas demandas entre godos, sendo assessoriado por um jurisconsulto romano, se na questão era interessado um romano. (Gennari pag. 90-92).

86. Por esse tempo alem dos processos de forma regular ou especial a que temos alludido, havia o das composições ou *vehrgeld* destinado a pôr termo as contendas particulares. Já fallamos no direito reconhecido de vingança particular, a *faida*. Para exercel-o era preciso obedecer a certas formalidades que lhe davam um verdadeiro character de processo regular. O offendido annunciava previamente a sua vingança, e fazia provocação ao offensor dando-lhe um prazo de alguns mezes. Neste termo podia o provocado usar do direito de asylo nas igrejas e nos mosteiros.

Durante essa demora procurava-se o meio de evitar a realisação da ameaça com um accordo ou reparação.

Esta consistia no pagamento de uma quantia com a qual o accionado se libertava da obrigação. Elle podia tambem apresentar um fiador de categoria mais elevada que a sua. O juiz podia impor a reparação ou composição, o *vehrgeld*, fixando-lhe a importancia. Havia tambem tabellas dando os diversos preços do *vehrgeld* conforme as differenças de classe, de sexo e de idade. A execução dessa sentença se fazia chamando o devedor por tres vezes consecutivas perante o juiz para pagar a composição do *vehrgeld*. Se o condemnado não comparecia o juiz autorizava o credor a penhorar-lhe bens sufficientes sem mais formalidade alguma.

87. Pela *lei salica* as formalidades do processo já eram bem discriminadas. Exercia-se perante o *mallum*, nome que designava uma assembléa ou tribunal.

A citação era feita pelo autor verbalmente, perante testemunhas, com as quaes se apresentava na casa do réo.

Ahi avisava-o a elle, á sua mulher ou outra pessoa da familia, que lhe pudesse dar noticia da citação.

Se tratava-se de obrigação creditoria, a citação era feita para pagamento immediato; seguia-se a sentença, e a execução dava-se por um processo de formula semelhante á das antigas acções romanas. (Gennari, 105). Não se distinguia a acção publica da privada, nem a criminal da civil, e não havia meio de exercer-se appellação ou outro recurso qualquer.

88. Com o reinado de Carlos Magno (742-814) entra-se definitivamente no regimen do feudalismo que já se vinha estabelecendo desde o começo da queda do imperio romano. E' a epoca dos costumes e instituições cavalheirescas, caracterisada pela distincção de classes, pela desigualdade e gerarquias de cidadãos. Estes são divididos nas tres grandes categorias de *clero*, *nobresa* e *vulgo*. O clero alem de formar uma classe privilegiada e com jurisdicção independente da civil, tinha todas as prerogativas da nobreza; e assim o regimen feudal basea-se propriamente na distincção entre as duas classes: senhores, nobres, fidalgos, ou cavalheiros de um lado, e vassallos, plebeus ou peões do outro, não fallando nas gerarquias e distincções entre os membros de cada uma dellas.

89. Esse regimen veio assim trazer profundas modificações em materia de processo. No reinado de Carlos Magno essas alterações referiram-se principalmente á organização judiciaria, isto é, á designação das pessoas incumbidas de administrar justiça. Chegou-se então ao periodo de predominio da igreja catholica, em que as autoridades ecclesiasticas, com as suas funcções, accumulavam a jurisdicção civil. Alem disto o clero tinha privilegio de fôro e o direito de intervir em quasi todos os negocios ordinarios da vida. Os nobres eram juizes natos nos districtos de suas possessões, e exerciam jurisdicção ou por si mesmos, ou por mandatarios seus. A nobreza era a segunda ordem da classe privilegiada e tinha vantagens e distincções sobre a classe inferior dos vassallos e peões.

90. Como consequencia dessa desigualdade o goso e o

exercício dos direitos se davam de modo differente entre os diversos membros dessas classes, e as formas, os prazos e termos processuaes lhes eram applicados tambem com differença. Assim a citação, bem como o prazo para comparecer em juizo variava conforme a qualidade do réo. O villão citado pelo meirinho podia ser emprazado logo para o dia seguinte, um nobre tinha direito a um prazo de oito a quinze dias. O réo accionado por mais de um autor acudia primeiro á citação do senhor de mais alta categoria, e assim a jurisdição ecclesiastica muito tempo disputou a sua supremacia sobre a civil. O comparecimento pessoal das partes a principio era obrigatorio como no primitivo direito romano, depois foi se admittindo o uso da representação por mandatario.

91. O pedido devia ser feito por meio de formulas solemnes, com allusão especial ás provas, sob pena de nullidade. O réo, bem como as testemunhas, faziam tambem com solemnidade as suas affirmações usando de palavras sacramentaes, (*Glass.* 41 e 42).

Estabelecida assim a litispendencia, passava-se á apresentação e producção das provas;— o combate judiciario, o juramento, as provas do juizo de Deus, segundo os casos. Os pontos ou factos a provar eram primeiro determinados pelo juiz, segundo as allegações das partes.

O formalismo se dava tambem na producção das provas. No juramento se prescrevia não só a sua formula, como a maneira de pronuncial-o, a attitude do corpo e especialmente a da mão (*Glasson* pg. 61).

As testemunhas davam o seu depoimento por meio dos *prolocutores*, pessoas especialmente incumbidas de por ellas fallar e cumprir as formalidades exigidas por occasião desse depoimento, o que as testemunhas não sabiam fazer.

92. O processo com as suas formulas e preceitos especiaes teve nesse periodo do feudalismo, a concorrência de um instituto que se não o substituiu de todo, veio muitas vezes tomar-lhe o lugar. Foi o duello.

Mereceu mesmo o qualificativo de *combate judiciario* e mostrou desde logo que não era empregado como simples meio de prova, mas como verdadeira *forma processual* para reconhecimento e realização de direitos. Elle fundava-se nas crenças religiosas do tempo.

Se duas partes tinham pretensões collidentes, submettiam a decisão do seu direito ou pretensões á sorte das armas. Deus havia de fazer vencedor aquelle que tivesse razão. E assim foram os combates judiciais muito usados na idade media para resolverem as contendas particulares.

93. Os codigos do tempo tratam delles minuciosamente, determinando as pessoas que os podiam provocar, em que casos e condições deviam ser acceitos, com que regras se deviam realizar. As pessoas que não podiam combater, como as mulheres, as creanças, os sacerdotes, nomeavam campeões que os defendessem.

Havia mesmo quem se prestasse a esse mister por dinheiro. (C. Cantú 7.º pg. 190). Diz-se que a Igreja não adoptou oficialmente o processo do duello, mas o certo é que o clero contribuia com seus serviços para dar-lhe valor e solemnidade. Não admira este facto porque o duello era mais um, instituto social do que puramente judiciario. Fundado nos costumes cavalheirescos da epoca, tendo por pretexto os sentimentos mais elevados da honra e da nobreza, cercado das solemnidades mais aparatosas e deslumbrantes, o duello reunia as qualidades de um exercicio de destreza e de um espectaculo publico.

94. A prova testemunhal continuou com sua importancia, mas soffrendo uma modificação: os depoimentos das testemunhas passaram a ser secretos sob o pretexto de garantir-lhes a independencia.

No processo pelo Direito Romano essa inquirição sempre foi publica, segundo se sabe de praxistas nossos, (Per. e Sz. 4.º ed. not. 491), assim o era tambem no principio da monar-

quia portugueza. Succedeu porem que pouco a pouco foi se introduzindo o uso da inquirição secreta, por uma interpretação erronea, segundo se diz, de novas disposições de leis justinianeas, e esse uso veio a tornar-se lei por disposição expressa da Ord. 1-86 pr., aonde se diz que a testemunha "dará o seu testemunho secretamente, sem nenhuma das partes delle ser sabedor, até as inquirições serem abertas e publicadas". A inquirição era então feita, não pelas partes nem pelo juiz, mas por um funcionario especial que era o *inquiridor*. Este regimen vigorou entre nós até a data da Disposição Provisoria da Lei de 29 de Novembro de 1832, que pelo seu art. 11 tornou publicas as inquirições das testemunhas, e pelo art. 25 acabou com o officio de inquiridor.

Quando eram muitas as testemunhas podiam ser inquiridas em turmas, ou uma na presença das outras, mas já na Ord. 1-86 cada testemunha deve ser inquirida em separado.

95. O juramento que vinha desde o inicio do direito romano, e por ultimo chega a occupar titulos especiaes do Digesto e mais collecções juridicas de Justiniano, sempre teve como meio de prova no processo uma grande importancia. Na idade media continuou essa importancia ainda com maior realce, porquanto esta especie de prova se funda na crença tão exaltada naquelle tempo de intervenção da divindade nos actos humanos.

Em certos casos era tido como o meio de prova mais proprio para as questões de dinheiro e sujeito a formalidades differentes conforme a quantia fosse maior ou menor de 12 soldos.

Houve tempo em que para prestal-o a parte comparecia com seus parentes e amigos, e todos então juravam sem necessidade de inquirições nem interrogatorios.

Em certa epoca se admittiam juradores sacramentaes, **aidos**, em numero avultado para cada demanda. Em regra eram 10, mas podiam ser 50, 72 e até 100, segundo a categoria do demandado. (C. Cantú 7.º pg. 187).

Segundo o direito canonico neste tempo o juramento se

prestava sobre reliquias, sobre armas bentas, sobre os Evangelhos, e ás vezes sobre a hostia consagrada.

Do juramento como meio de prova ainda resta o *suppletorio* e o *in litem* nas causas de pouco valor para supprir a falta de outros meios de convicção.

96. O *juramento de calumnia* é um instituto processual que não se deve qualificar como simples meio de prova. Era desde o tempo de Gaius uma forma de determinar pontos da pretensão do autor e de defeza do réo, (Gaius IV-172-174-186) mas Justiniano elevou-o á categoria de formalidade inicial e substancial do processo, como foi a conciliação até bem pouco tempo entre nós (Cod. Just. 2-59). Neste character atravessou esse instituto todo o periodo da idade media, e veio se reflectir nas nossas leis de processo (Ord. 3-43), vigorando com todas as suas formalidades até a época relativamente proxima da chamada Disposição Provisoria da Lei de 29 de Novembro de 1832, art. 10. Consistia essa formalidade no juramento que deviam prestar no inicio da causa tanto o autor como o réo affirmando que procediam na demanda sem "tenção maliciosa".

97. Outra instituição importante que deve o seu incremento aos costumes dos barbaros e floresceu portanto na idade media é a dos jurados ou juizes de facto.

A parte do processo que pelo direito romano antigo se exercia *in judicio*, principalmente quando era confiada a corporação dos descemvrios ou dos centumvrios, dá uma ideia do jury actual e poderia ser tomada como ponto de origem desta instituição, mas na idade media houve tribunaes que apresentam muito melhor essa semelhança. Tal era entre uns o Tribunal dos Raquimburgos, entre outros o Tribunal dos Escabinos, composto de 12 membros ou jurados que decidiam sobre o facto e constituíam o *mall* dos homens livres; os juizes condes ou ducemvrios, só tinham que decidir a questão de direito e resolver o que a lei prescrevia a respeito do facto allegado. Nelle o processo era publico, podendo todos

assistir á accusação, aos depoimentos e aos debates, (C. Cantú 7.º pag. 186, 8.º pg. 356.)

98. Sendo muito difficeis as provas documentaes e mesmo as testemunhaes, foram ficando desusadas. E assim alem do juramento e do duello de que já fallamos, adoptaram-se como mais rapidos uma classe de meios de prova completamente repugnantes ás ideias modernas. Eram o que se chamavam as provas do juizo de Deus ou as *ordalias*, que se exerciam de modos os mais diversos.

As partes contendoras iam para a igreja, erguiam os braços, e assim se conservavam emquanto se dizia uma missa. O que pelo canso deixava cahir os braços, perdia a causa. Era a prova da cruz. Havia a prova do pão e queijo. Depois de benzidos eram dadas ás partes para comer. O que se engasgasse era culpado, ou perdia a causa.

A prova d'agua consistia em ser o paciente arrojado n'agua. Se boiava, era condemnado; se ia a se afundar era soccorrido e salvo e, tido por innocente, ganhava a causa.

Provas tambem adoptadas desta especie, eram as da agua a ferver e do ferro em braza.

Por aquella era preciso mergulhar o braço nú n'agua fervendo para apanhar uma bola de ferro no fundo de um vaso; na outra o accionado tinha de pegar em um ferro em braza ou andar sobre carvões accessos.

Se não soffresse ferida de queimadura provava as suas affirmações e era absolvido (C. Cantú).

99. Um instituto processual que mais se desenvolveu na idade media foi o da appellação, ou de um modo mais geral, o recurso da sentença para uma instancia superior. No direito romano emquanto o processo era feito perante magistrados que funcionavam por attribuição propria, não havia recurso das decisões. O direito de intercessão, *intercessio*, que tinha cada consul contra os actos do seu collega era em materia administrativa e não judiciaria.

Podia-se em alguns casos revogar a sentença, segundo parece com a *revocatio in duplum*, e ao certo com a *res-*

tutio in integrum, mas esses meios eram extraordinarios e não constituíam propriamente *recurso* de uma instancia para outra superior.

100. A appellação propriamente dita (*appellatio*), só começou a apparecer com o direito imperial, quando os juizes dependiam de uma autoridade superior e funcionavam como delegados della.

Recorria-se da decisão destes ultimos para a autoridade de que elles dependiam.

A principio parece que só se dava para os magistrados provinciaes, visando a reforma dos actos dos mandatarios por elles nomeados, (Girard, pag. 1043 n. 4) mas é certo que com o desenvolvimento do *processo extraordinario* o recurso de appellação veio a se generalisar. Muitos titulos do Digesto o doCodigo de Justiniano lhe são consagrados.

O direito medieval não era contrario aos recursos das decisões proferidas, e de accordo com as ideias religiosas do tempo admittia uma especie de *salvaguarda* para os que cahiam sob as garras da justiça, a qual tinha os mesmos effeitos de um recurso judicial, era o *direito de asylo*. Os que se refugiavam na *igreja* ou outro lugar privilegiado escapavam da pena em que incorriam, apezar da sentença que os condemnava. Assim tambem o recurso de appellação foi sempre respeitado e admittido durante a idade media.

101. As duas formas de redacção do processo, oral ou escripta, tiveram igualmente vigor naquella epoca conforme a importancia e a natureza da demanda e a especie do tribunal, unitario ou colectivo. Os processos muito simples e de pequena importancia sempre foram e continuam a ser de forma oral, como seriam primitivamente todas as formas processuaes. Por outro lado, nos tribunaes collectivos as allegações das partes, os depoimentos das testemunhas tinham naturalmente a forma oral, para serem apreciados e julgados ao mesmo tempo pelos diversos membros do tribunal.

A forma escripta do processo proveio de uma transformação lenta e gradual do processo oral,

Da necessidade de tornar secretos certos actos do processo, principalmente em materia criminal, nasceu a pratica de escrevel-os e guardar os documentos escriptos para documentar a instrucção e as sentenças das causas, e assim os processos tornaram-se escriptos.

102. Houve ainda outra causa para essa transformação. No processo oral os actos que se passavam, ficavam apenas confiados á memoria dos juizes, seus assessores e mais funcionarios do fóro. Para não serem esquecidos confiavam-se a testemunhas registradoras (*recors*) incumbidas de reproduzil-os sempre que fosse preciso. Como esse systema de registro fosse muito fallivel, começaram os escrivães e officiaes do fóro (*clercs*) a escrever para si os actos do processo e as sentenças proferidas. Depois esses registros particulares foram sendo utilizados officialmente, até que se tornaram forma regular do processo. Mas comprehende-se que ainda assim o processo não se tornava todo escripto, continuando de forma oral os debates das partes sobre o merito e a importancia das provas.

103. Tambem no processo admittido sobre a vigencia do direito romano do imperio do oriente, já no periodo da idade media, e do direito canonico que se lhe seguiu, a forma escripta iniciou-se e desenvolveu-se desde muito cedo.

Vimos como desde o tempo do processo formulario a citação começou a ser feita mediante um escripto da intenção do auctor, *libellus conventionis*; depois esse *libellus* tornou-se a propria petição inicial da causa, e assim ficou até nossos dias.

A defeza do réo teve tambem de ser escripta, como afinal todos os actos e termos do processo. E comquanto durante certo periodo a forma escripta fosse facultativa não tardou em ficar como obrigatoria do processo. Assim a redacção escripta tem prevalecido em certas nações, como a nossa, mas não exclusivamente.

Para certos casos ou em certas acções mais summarias

se admittem formas oraes de debate ou de instrucção da demanda.

Por outro lado emquanto a marcha da causa e o julgamento no civil é conferido a juizes funcionarios publicos, tambem se admittit o juizo de particulares como arbitros ou peritos nas questões de facto.

104. As differenças que hoje admittimos entre o processo civil e o criminal não se encontravam na epoca que analysamos. Os processos podiam diferir pelas diversidades de tempo, de logar e das provas a produzir, mas admittida que fosse uma forma de processo qualquer, seria igualmente applicavel á verificação de um direito ou á applicação de uma pena criminal. Mas pode-se dizer ou suppor que certos actos, certas provas eram mais proprios de uma especie de processo do que da outra.

As allegações das partes, a discussão entre ellas, a prova de juramento, o duello, podiam se admittir em um processo civil ou criminal, mas faz antes presuppor o civil. O juizo de Deus ou as *ordalias* denotam quasi sempre um processo criminal, embora se comprehendam tambem para resolver duvidas oriundas de processo de character civil.

A perfeita distincção do processo civil e criminal só se comprehende quando deixando de ser oral elle torna-se escripto, e quando, discriminada á funcção do juiz, elle assume no processo uma intervenção mais directa do que a das proprias partes.

105. A respeito deste ponto, isto é, do papel do juiz no andamento do processo vinham na idade media se formando duas correntes diversas. Uma derivada do Direito Romano em seu ultimo periodo, em que o interesse social ou colectivo tinha supremacia sobre o interesse individual, em que a causa era confiada a juizes singulares, representantes do poder publico, e no processo prevalecia a forma escripta. Nelle se deixa toda actividade aos juizes na marcha do processo, determinando o prazo do comparecimento

das partes, o termo para a defeza, a producção e apresentação das provas e a marcha dos incidentes.

Assim dá-se ao juiz occasião de melhor conhecer do direito das partes na occasião de decidir.

E' a tendencia do Direito Romano que os Godos e Wisigodos adoptaram e continuaram, e o direito canonico confirmou. E' o que caracteriza o nosso processo, o da Allemanha e da Austria.

106. A tendencia opposta é a que deriva do direito germanico, implantado pelos lombardos e que se caracteriza pela predominancia que dão ao interesse individual sobre o social. D'ahi derivou-se a preferencia pela forma oral dos processos, pela adopção dos tribunaes collectivos em vez dos juizes singulares, tendo como consequencia a publicidade dos seus actos.

Neste systema os tribunaes e juizes teem um papel todo passivo na administração da justiça civil; ás proprias partes e seus representantes é que incumbe toda instrucção e marcha do processo, e esclarecimento dos factos. Os juizes são chamados no fim para applicar a lei e decidir sobre o direito. (Genn. 143) E' deste systema que deriva o processo civil francez, e do qual mais se approxima o nosso processo criminal com o jury, do que o processo civil perante os juizes singulares.

107. Em resumo o processo na idade media soffreu a depressão e vacillações dessa epoca. Chegando a um subtilismo exagerado no imperio byzantino, simplificou-se em demasia e tomou formas varias entre os povos em que se esphacelou o imperio occidental. Destes notam-se os lombardos que assimilaram o direito romano e os wisigodos que deram origem ao direito germanico; as suas formas processuaes eram simples e accessiveis até que se implantou o feudalismo com a diversidade de classes e de direitos trazendo novas formas com os novos usos. Ha o processo das composições, as formalidades da lei salica; depois prevalecem as autoridades de classes differentes dos nobres e plebeus. As

provas têm forma e aspecto completamente novos. O juramento tomou grande importancia; appareceu o duello com o character de forma processual; tornou-se secreta a inquirição das testemunhas; instituiu-se o juramento de calumnia, deu-se incremento aos tribunaes de jurados, e adoptou-se o systema das ordalias ou juizos de Deus. O recurso de appellação persistiu e foi melhorado; admittiu-se o direito de asylo. De exclusivamente oral o processo passou tambem a ser escripto. Não se via differença entre o processo civil e o criminal. Havia duas tendencias no processo; a collectivista e a individualista, determinando a maior ou menor intervenção do juiz na causa.

Methodio Maranhão.